

DISLEXIA E A DIFICULDADE NA APRENDIZAGEM: identificação e possibilidades de intervenção

Tatiane de Fátima Carneiro Cruz

RESUMO: *O presente trabalho possui como objetivo, conceituar a dislexia e analisar como é realizada sua identificação e possibilidades de intervenção. A metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica, que abrange obras de vários autores sobre o tema aqui abordado. A dislexia foi conceituada como um distúrbio neurológico, que possui origem genética, devendo, portanto, considerar o histórico familiar. Esse distúrbio afeta a atuação do aluno dentro das escolas. Por isso, o indivíduo portador da dislexia deve ser avaliado por diversos profissionais, que realizarão exames neurofisiológicos e potenciais auditivos e visuais. Também devem ser realizados testes psicológicos que irão abranger questões cognitivas e afetivas. Após a realização do diagnóstico, devem ser demonstrados métodos de intervenção, capazes de ajudar o disléxico na realização de suas atividades. No âmbito escolar, os profissionais de ensino precisam utilizar novas abordagens no processo de ensino – aprendizagem, utilizando jogos, leituras compartilhadas, meios para o desenvolvimento da escrita e memória, equipamentos especiais e materiais didáticos que despertem o interesse dos alunos. Assim, o disléxico poderá ter um maior desempenho escolar, bem como maior autoestima para enfrentar os desafios da aprendizagem.*

Palavras-chave: *Dislexia. Transtorno de Aprendizagem. Neuropsicopedagogia.*

1 INTRODUÇÃO

A dislexia é entendida, conforme cita Rodrigues e Ciasca (2016), como um transtorno específico de aprendizagem, de origem neurológica. Ela pode acometer pessoas de todas as origens e níveis intelectuais, sendo caracterizada por uma dificuldade na precisão e no reconhecimento de palavras, além de baixa capacidade de decodificação e de soletração. Essas dificuldades são resultado de um déficit no processamento fonológico, geralmente bem abaixo do esperado se relacionado com outras habilidades cognitivas. Algumas consequências secundárias desse transtorno compreendem problemas na compreensão e baixa experiência de leitura.

Silva e Silva (2016) compreendem que discutir o problema da dislexia constitui um dos entraves mais proeminentes no cotidiano do âmbito escolar, ficando expresso o comprometimento da capacidade da criança em ler, entender e soletrar palavras, escrever e compreender textos e raciocínio lógico. Entende-se que para que haja uma definição de estratégias e de intervenção por parte dos profissionais da escola, é importante realizar um diagnóstico e avaliação da dislexia e, a partir de dados específicos, poderá ser dado um encaminhamento nas atividades apoiadas com ênfase na leitura e na escrita.

Dentro desse contexto, o presente trabalho se justifica pela necessidade de que profissionais da educação e demais profissionais passem a dotar uma postura nova em relação ao processo de ensino-aprendizagem de crianças que possuam dificuldades em ler e escrever, relacionadas à dislexia, entendendo que essa nova postura deve abranger uma maior capacidade na identificação, avaliação de fatores de risco para a dislexia e elaboração e execução de um trabalho de intervenção voltado para as dificuldades apresentadas. Assim, no âmbito escolar, os profissionais não serão espectadores e, sim, profissionais atuantes, não apenas para identificar e diagnosticar a dislexia, mas também intervir em todo o processo escolar do indivíduo. Para isso, é fundamental saber identificar a dislexia e entender a possibilidade de intervenção nesse transtorno.

Com isso, o presente trabalho possui como objetivo, conceituar a dislexia e analisar como é realizada sua identificação e possibilidades de intervenção.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, abrangendo obras de diversos autores sobre a temática aqui analisada, englobando artigos, livros e materiais disponíveis na internet, em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico. Após a coleta de obras, as mesmas são analisadas, buscando entender se as informações contidas nelas poderão embasar teoricamente a pesquisa, realizando assim, uma crítica do material bibliográfico e, então, passando à escrita da pesquisa. Foram consideradas como critérios de inclusão, obras disponíveis gratuitamente e publicadas em língua portuguesa.

2 DISLEXIA

Stein e Reckziegel (2019) explicam que a dislexia é um transtorno geralmente detectado em crianças, a partir dos 7 anos de idade, momento em que iniciam sua vida na leitura e interpretação de palavras. A dislexia percebida apenas na vida adulta, possivelmente foi negligenciada pelos pais e professores do indivíduo. Nesses casos, o transtorno muitas vezes é entendido como sinal de preguiça ou falta de interesse em aprender. Contudo, é preciso entender que a pessoa disléxica possui características físicas normais, não podendo ser considerada deficiente.

Com isso, esses fatores podem levar uma maior dificuldade em chegar ao correto diagnóstico. Assim, é fundamental conceituar a dislexia, identificá-la corretamente e entender as possibilidades de intervenção e tratamento, ainda na idade escolar.

2.1 Conceitos

Prestes (2015) define a dislexia como um distúrbio neurobiológico persistente, de origem genética, onde a história da família constitui um importante fator de risco. É um dos distúrbios mais comuns que afetam o desempenho acadêmico, visto que sua incidência aproximada na população geral é em torno de 5 a 10%. Também pode ser denominada dislexia do desenvolvimento, definida pela discrepância entre as habilidades de leitura e a capacidade intelectual de crianças que receberam uma instrução adequada. Os portadores desse transtorno, apesar de apresentarem capacidade intelectual adequada, apresentam dificuldades para aprender a ler.

Os autores Gonçalves e Navarro (2012) definem a dislexia através da Classificação Internacional das Doenças, estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, como um conjunto de transtornos nos quais os padrões normais de aquisição das habilidades de leitura são perturbados desde os estágios iniciais do desenvolvimento. Eles não se apresentam apenas como uma consequência da falta de oportunidade de aprender, nem são decorrentes de formas de traumatismo ou doença cerebral.

Stein e Reckziegel (2019) apontam que a dislexia é um distúrbio específico da aprendizagem, ocorrendo principalmente em indivíduos do sexo masculino, mas atingindo crianças com inteligência normal, visto que não está ligado à inteligência. Possui origem neurológica, congênita e hereditária, podendo passar de geração para geração. Muitas vezes, a dificuldade para captar o significado dos símbolos gráficos é confundida com a incapacidade de aprender. Deve-se considerar que os indivíduos disléxicos, geralmente apresentam,

concomitantemente, problemas emocionais. Contudo, em sua grande maioria, estes aparecem como consequência da dislexia. Entendendo as suas possibilidades intelectuais, o disléxico, já na idade escolar, sofre em função de um possível mau rendimento e, assim, pode se tornar uma criança deprimida.

Simões (2014) enumera cinco tipos de dislexia, sendo que a primeira, a dislexia disfonética, apresenta dificuldades de percepção auditiva na análise e síntese de fonemas, dificuldades temporais e nas percepções da sucessão e da duração; a segunda, dislexia diseidética, está relacionada com dificuldades na percepção visual do indivíduo, onde apresenta maior dificuldade na leitura do que na escrita, por se tratar de uma dificuldade no campo visual do indivíduo; a terceira, dislexia visual, está relacionada à coordenação visual e motora do indivíduo, não visualizando cognitivamente o fonema; a quarta, dislexia auditiva, está relacionada com a deficiência na área auditiva do indivíduo, na sua percepção auditiva e na memória auditiva; e a quinta, dislexia lexical, está relacionada à operação da rota lexical, afetando a leitura de palavras irregulares.

2.2 Identificação

De acordo com Stein e Reckziegel (2019), a dislexia normalmente é diagnosticada através de problemas recorrentes no desempenho escolar, ou quando professores e pais percebem que, ao invés de ler, a criança tenta adivinhar as palavras, omitindo, trocando ou invertendo letras. O exame que busca comprovar a dislexia ocorre através da observação da audição e da visão, onde se o indivíduo apresentar alterações deve ser encaminhado para especialistas. O diagnóstico da dislexia é clínico neurológico, psicopedagógico e fonoaudiológico, mas também pode necessitar, para uma maior identificação, de exames complementares. Entre esses exames estão os estudos neurofisiológicos como o eletroencefalograma, os exames potenciais evocados de longa latência auditivos e visuais, e os testes psicológicos que contemplem os aspectos cognitivos e afetivos.

Segundo Simões (2014), o funcionamento do cérebro de uma pessoa disléxica é afetado em três áreas distintas, no hemisfério esquerdo, que desempenha funções chave no processo de leitura; na região inferior-frontal, que é a área da linguagem oral; e na região parietal-temporal, que é a área onde é realizada a análise das palavras. Em cada área ocorrem erros no processamento e na formação das palavras, na leitura e na grafia.

Pimenta (2012) aponta que a avaliação é fundamental para que seja possível encontrar uma estratégia de intervenção junto ao indivíduo disléxico. Identificar e avaliar as dificuldades de aprendizagem é importante não apenas para comprovar que existe uma lacuna entre o potencial para aprender de uma criança e seu desempenho real em uma ou mais áreas escolares, quanto para determinar que a criança obteve acesso a oportunidades adequadas de aprendizagem e investigar e descartar uma variedade.

Para Pimenta (2012) em relação à avaliação da dislexia:

Se existe suspeita da existência de déficits fonológicos e ou de dificuldades de leitura e escrita, deve ser realizada a avaliação. É importante avaliar para diagnosticar, para delinear as dificuldades específicas, as áreas fortes e para intervir. A avaliação pode ser feita em qualquer idade; os testes são selecionados de acordo com a idade. Não existe um teste único que possa ser usado para avaliar a dislexia, devendo ser realizados testes que avaliem as competências fonológicas, a linguagem compreensiva e expressiva, a

nível oral e escrito, o funcionamento intelectual, o processamento cognitivo e as aquisições escolares. Os modelos de avaliação que se revelam mais eficientes são os que conduzem diretamente ao aperfeiçoamento de estratégias de intervenção que tenham em conta os dados obtidos na avaliação. (PIMENTA, 2012 p. 03).

Para Richart e Bozzo (2009), a identificação da dislexia deve ser realizada por uma equipe multidisciplinar, contando com profissionais como psicólogo, fonoaudiólogo e psicopedagogos, que iniciarão uma investigação minuciosa. A equipe deve garantir uma maior abrangência no processo de avaliação, verificando a necessidade do parecer de outros profissionais, como neurologista, oftalmologista, geneticista e pediatra, que verificarão todas as possibilidades antes de confirmar ou descartar o diagnóstico de dislexia. É fundamental também tomar o parecer da escola, dos pais e levantar o histórico familiar e de evolução do paciente, contando ainda como uma boa troca de informações, experiências e sintonia dos procedimentos executados, entre profissionais, escola e família, para fechar o quadro de diagnóstico sobre a dislexia.

2.3 Possibilidades de intervenção

Rodrigues e Ciasca (2016) acreditam que, em se tratando de intervenção, o ensino infantil e as séries iniciais oferecem maiores oportunidades na prevenção de problemas com a leitura e também em outros problemas de aprendizagem. Além disso, não havendo intervenção, ocorre um aumento de discrepância no desempenho, quando comparado aos seus pares, ao longo as séries posteriores. Com isso, é fundamental que se indique no ensino infantil os sinais sugestivos de alterações que possam prejudicar a aquisição da leitura e da escrita e, nesses casos, oferecer a intervenção adequada às alterações encontradas.

Segundo Pinto e Matos (2016), grande parte da intervenção psicopedagógica consiste em buscar os talentos do disléxico, além de auxiliar o indivíduo a descobrir novos métodos de aprendizagem. Jogos, leituras compartilhadas, atividades específicas para o desenvolvimento da escrita e habilidades de memória e atenção fazem parte do processo de intervenção. À medida que o disléxico percebe sua capacidade de produção, poderá avançar no processo de aprendizagem, resgatando sua autoestima. Na criança disléxica, a leitura deve ser ensinada por meio de métodos adequados, sendo que quanto mais cedo o tratamento for iniciado, menores serão as dificuldades de ler e aprender.

Sobre o tratamento da dislexia, Pinto e Matos (2016) apontam que:

Já foram desenvolvidos diversos programas para curar a dislexia, a maioria dos tratamentos enfatiza a assimilação de fonemas, o desenvolvimento do vocábulo, a melhoria da compreensão e fluência na leitura. Tais tratamentos ajudam o disléxico a reconhecer sons, sílabas, palavras e, por fim frases. Pode-se fazer com que a criança disléxica leia em voz alta com um adulto para que possa corrigi-la, para tanto, é importante lembrar que é um processo trabalhoso e exige muita atenção e repetição, mas o que certamente renderá bons resultados. Das diferentes formas de intervenção existentes, a combinação de treinamento na consciência fonológica com a instrução sistemática da leitura é aparentemente a mais eficiente, mas isso

vai depender em grande parte das variações de diferença de cada indivíduo como a idade, os níveis de processamento fonológico, se a criança tem dificuldades correntes de fala e de linguagem, as habilidades visuais e semânticas. (PINTO; MATOS, 2016 p. 635).

De acordo com os autores acima citados, a escola possui um papel importante na intervenção do aluno disléxico, devendo promover o desenvolvimento de todas as crianças, considerando as peculiaridades de cada uma delas, como realizando ajustes na sala de aula que incluam atribuições de lugares especiais; tarefas escolares alternativas ou modificadas; procedimentos de avaliação modificados e adaptados; aquisição de equipamentos especiais; criação de estratégias de educação especial com horários diferenciados e métodos voltados para dificuldades específicas de cada criança; atenção especial para crianças com distúrbios de aprendizagem; materiais didáticos estimulantes e brincadeiras lúdicas; maior disponibilidade de material didático; preparação profissional dos professores; e apoio psicopedagógico.

Além dessas intervenções dentro da escola, Bergamini (2014) cita outras, como incentivar o aluno, destacando as suas conquistas; adequar o material pedagógico, atendendo as necessidades da criança e valorizando seus pontos fortes; permitir o uso de gravadores; utilizar apoio visual como suporte para leitura e atividades; ensinar a sintetizar desenhos por meio de palavras; realizar avaliações orais sempre que possível; proporcionar um tempo maior na realização de tarefas, atividades e avaliações; proporcionar um local tranquilo para que o aluno disléxico realize suas avaliações; expor as crianças com mais intensidade à leitura, para que possa armazenar as formas ortográficas das palavras.

De acordo com Barbosa (2014), alguns programas podem auxiliar crianças disléxicas, como o Reach, Orton-Gillingham, Wilson e LiPS. O programa Reach é voltado para alunos que não dominam as técnicas necessárias para uma boa aprendizagem do idioma, tendo como foco uma abordagem ortográfica utilizando o ensino de prefixo, sufixo e radicais. O programa Orton-Gillingham utiliza métodos diversificados buscando o aperfeiçoamento da criança junto à pronúncia, identificação de palavras e soletração juntamente com a prática da leitura. O programa Wilson se concentra no ensino da consciência fonética, decodificando a ortografia e a compreensão. Já o programa LiPS busca desenvolver a capacidade da criança em identificar automaticamente os sons.

Barbosa (2014) aponta que esses programas foram desenvolvidos para auxiliar os indivíduos disléxicos a superarem suas dificuldades e adversidades que surgirão no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, é importante ressaltar que o professor e demais profissionais do âmbito escolar deve aprofundar seu conhecimento frente a esses métodos, além de sempre dar continuidade à sua formação, estando cada vez mais preparados para atender os alunos adequadamente.

No campo interventivo, Lima (2017) explica que a neuropsicopedagogia se apresenta como um campo epistemológico do saber, advindo da leitura integrada entre pedagogia, psicologia, neuropsicologia, psicopedagogia e trabalho clínico. Sua contribuição está relacionada à relação estabelecida entre o cérebro e a aprendizagem, como vias dúbias no processo cognitivo. Seus estudos englobam um vasto conhecimento das bases neurológicas da aprendizagem e do comportamento humano, por meio de estímulos contextuais que deem respostas positivas ao processo de formação do indivíduo, tendo como foco as relações intrínsecas entre atenção, funções motoras, linguagem, memória, cognição e aspectos emocionais, psicológicos e cerebrais. Ela

procura ainda, entender o processo cognitivo do sujeito, desde os primeiros anos de vida, seus impasses e as principais implicações na aprendizagem humana.

Dessa forma, para Lima (2017), a neuropsicopedagogia trabalha com uma intervenção que leva em consideração o nível de aprendizagem em que o aluno está e as condições para uma intervenção significativa, realizada coletivamente por todos que fazem parte da escola, através de ações pedagógicas investigativas e intencionais, de forma que as situações de aprendizagem são organizadas pela construção de oficinas interativas, atraindo a atenção das crianças às possibilidades dos conteúdos que estão sendo ensinados, fazendo com que elas encontrem sentido e formas para atingirem o conhecimento.

3 CONCLUSÃO

Ao término da presente pesquisa, foi possível conceituar a dislexia como um distúrbio neurológico persistente, de origem genética onde o histórico familiar deve ser levado em conta como um fator de risco, afetando o desempenho acadêmico dos indivíduos com esse transtorno. Por isso, na fase escolar é comum a criança apresentar problemas recorrentes de desempenho, exigindo a atenção de pais e professores. Caso sejam verificados problemas escolares, a criança deve passar por uma avaliação buscando comprovar que se trata de dislexia.

A criança deve ser avaliada por uma equipe multiprofissional, através de exames neurofisiológicos e os exames potenciais auditivos e visuais, além de testes psicológicos capaz de abranger aspectos cognitivos e afetivos. Dessa forma, a avaliação é importante para diagnosticar e encontrar as dificuldades apresentadas pela criança no âmbito escolar, sabendo que poderá ser realizada em qualquer idade, mas serão selecionadas de acordo com a idade do indivíduo.

Depois de realizado o diagnóstico, deve-se apresentar métodos de intervenção que busquem auxiliar o disléxico em suas atividades. Dentro das escolas, os profissionais de ensino devem oferecer novos meios de aprendizagem, como jogos, leituras compartilhadas, atividades que busquem desenvolver a escrita e a memória, atividades alternativas, equipamentos especiais e materiais didáticos estimulantes, além de meios adequados no processo de ensino-aprendizagem, como avaliações orais, maior tempo na realização das avaliações e proporcionar um local tranquilo para que elas sejam realizadas.

Desse modo, o indivíduo disléxico poderá encarar com maior autoestima os desafios da aprendizagem. O trabalho realizado, contudo, não terminará aqui, deixando margem para novas pesquisas sobre o tema estudado.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Cláudia. Dislexia: dificuldades de aprendizagem na escola. Dissertação. **Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, 2014.
- BERGAMINI, T. O papel do psicopedagogo, suas intervenções e estratégias em alunos com dislexia. Monografia. **Centro Universitário Anhanguera**. Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional. São Paulo, 2014.
- GONÇALVES, D; NAVARRO, E. Como trabalhar com criança disléxica. **Revista UNIVAR**, v. 07, n. 07, 2012.
- LIMA, F. Sentidos da intervenção neuropsicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem na pré-escola. **Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 04, n. 07, 2017.
- PIMENTA, Daniela. **Dislexia**: um estudo sobre a percepção de professores do ensino fundamental. Anais do V Seminário Nacional de Educação Especial. Uberlândia, 2012.

PINTO, Ana Cristina; MATOS, Maria. A Dislexia na Educação: Intervenção Psicopedagógica. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 09, n. 01, 2016.

PRESTES, M. Teorias da dislexia: sustentação com base nas alterações perceptuais auditivas. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 01, 2015.

RICHART, Marley; BOZZO, Fátima. **Deteção dos sintomas da dislexia e contribuições pedagógicas no aspecto ensino aprendizagem para alunos do ciclo I do ensino fundamental**. Dissertação. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC36785086850.pdf>; acesso em 18/08/2019.

RODRIGUES, Sônia; CIASCA, Sylvia. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção. **Revista de Psicopedagogia**, v. 33, n. 100. São Paulo, 2016.

SILVA, N; SILVA, F. A dislexia e a dificuldade na aprendizagem. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 05, n. 01, 2016.

SIMÕES, M. Dislexia: dificuldades de leitura e escrita. Dissertação. **Universidade Estadual da Paraíba**. Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares. Monteiro, 2014.